

**RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 60.109 - SP (2019/0047567-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**RECORRENTE** : TUTTI QUANTI ADMINISTRADORA DE BENS PROPRIOS  
LTDA  
**RECORRENTE** : CLAUDIO BENEDITO DA CRUZ  
**RECORRENTE** : ADENIR MORI DA CRUZ  
**ADVOGADOS** : BENEDITO EDISON TRAMA - SP024415  
ALESSANDRA CRISTINA DE PAULA KASTEN - SP178832  
**RECORRIDO** : DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM  
**PROCURADOR** : ANGÉLICA MAIALE VELOSO E OUTRO(S) - SP162133

**DECISÃO**

Tutti Quanti Administradora de Bens Próprios Ltda., Cláudio Benedito da Cruz e Adenir Mori da Cruz interpõem recurso ordinário com fundamento no art. 105, inciso II, alínea "b", da Constituição da República, contra o acórdão prolatado pelo Eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

Mandado de Segurança - Processual Civil. Mandamus voltado contra decisão judicial em processo de desapropriação - Ato jurisdicional que se sujeita a recurso específico, inclusive com possibilidade de assinação de efeito suspensivo – Inadmissibilidade do writ na espécie – Inicial indeferida. Petição inicial indeferida.

(TJSP; Mandado de Segurança 2007821-94.2018.8.26.0000; Relator (a): Ricardo Anafe; Órgão Julgador: 13ª Câmara de Direito Público; Foro de Guarulhos - 1ª Vara da Fazenda Pública; Data do Julgamento: 07/03/2018; Data de Registro: 08/03/2018)

Segundo se infere dos autos o Departamento de Estradas de Rodagem - DER ajuizou ação de desapropriação em face de "proprietário não identificado" para obter o domínio de bem imóvel situado na estrada Acácio Antônio Batista, no Município de Guarulhos, Estado de São Paulo, com o fim de realizar obras do "Rodoanel Mário Covas - Trecho Norte".

Afirmam os ora recorrentes haver ingressado no feito em razão de demanda de usucapião do imóvel, em tramitação ainda, daí por que apresentaram contestação que, no entanto, deixou de ser reconhecida ante a falta de legitimidade "ad causam".

A despeito disso, pediram o ingresso no feito na qualidade de assistentes, que também foi indeferido, em vista disso interpondo agravo de instrumento no qual se concedeu tutela provisória com o fim de lhes reconhecer precariamente essa condição, e assim apresentaram impugnação ao laudo pericial definitivo.

Nesse ínterim revelam ter sido decidido pela realização de uma segunda perícia, ocasião em que o magistrado de primeiro grau determinou ao cartório que certificasse a

tempestividade da impugnação ao primeiro laudo definitivo e, caso serôdia, que fosse extraída dos autos.

Tal providência foi efetivamente concretizada, essa a razão da impetração da ação de mandado de segurança.

A ação não teve tramitação delongada, isso porque concluiu o Tribunal "a quo" pelo descabimento dela na medida em que o ato jurisdicional sujeitava-se a recurso específico, daí incidindo a hipótese do art. 5.º, inciso II, da Lei 12.016/2009.

O recurso ordinário reafirma a causa de pedir e o pedido iniciais, destacando o pleno cabimento da ação mandamental.

Contrarrazões em e-STJ fls. 414/419.

Os autos vieram concluso antes da oitiva do Ministério Público Federal ante a postulação de tutela provisória.

É o relatório.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC"*.

O pleito liminar é de ser indeferido.

Vejamos para tanto como vazado o texto da postulação de tutela provisória:

**PRELIMINARMENTE - ANTECIPAÇÃO DA TUTELA RECURSAL OU EFEITO SUSPENSIVO**

Como se vê, o desentranhamento da impugnação ao laudo definitivo tempestivamente protocolizada pode acarretar nulidade de todos os atos processual posteriores, diante da visível violação de direito líquido e certo dos impetrantes de ter sua peça considerada e apreciada nos autos, em obediência ao princípio do contraditório e da ampla defesa.

A determinação de segunda perícia também não retira a importância da referida peça processual, pois o primeiro laudo não foi anulado, merecendo todos os esclarecimentos periciais necessários, uma vez que será analisado nos termos do artigo 480, § 32, do Código de Processo Civil.

Ademais, a decisão que determina o desentranhamento de peça tempestiva possui cunho teratológico, em afronta do princípio do contraditório e da ampla defesa, demandando imediato reparo, o que justifica a impetração do remédio constitucional.

A concessão da tutela de urgência se traduz na antecipação do provimento jurisdicional favorável quando evidenciados a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, podendo ser revertida em caso de improcedência do recurso.

Uma vez presentes os requisitos do artigo 300 e seguintes, bem como o artigo 932, todos do novo Código de Processo Civil, o relator do presente recurso ordinário pode e deve conceder a tutela de urgência requerida, veja-se:

Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

Art. 932. Incumbe ao relator:

II - apreciar o pedido de tutela provisória nos recursos e nos processos de competência originária do tribunal;

O fumus bani juris está presente no caso em apreço, tendo em vista que os recorrentes possuem direito líquido e certo, em razão de terem apresentado impugnação tempestiva ao laudo definitivo.

Do mesmo modo, o periculum in mora também está presente, tendo em vista que, caso a decisão que indeferiu a petição inicial do mandado de segurança impetrado continue surtindo efeitos, os recorrentes sofrerão danos, pois seus argumentos serão ilegalmente desconsiderados. Além disso, corre-se o risco de perdimento do próprio objeto do mandado de segurança impetrado.

Em sendo assim, presentes, pois, os requisitos autorizadores da concessão da medida, pelo que se pugna a concessão da tutela de urgência para suspender a ordem de desentranhamento da peça processual, liminarmente e inaudita altera parte.

Caso contrário, o prosseguimento do feito sem referida peça processual pode acarretar prejuízo às partes e ao próprio resultado útil deste remédio constitucional, razão pela qual imperiosa a concessão do efeito suspensivo, a fim de que nenhum ato seja praticado até o julgamento deste writ.

É fácil perceber a discrepância entre os fundamentos desse pedido e o que decidido na origem.

Em tese, a única questão devolvida ao conhecimento do Superior Tribunal de Justiça refere-se ao cabimento ou não da ação de mandado de segurança contra o ato judicial que determina o desentranhamento de petição em decorrência do reconhecimento da intempestividade, e nada mais além disso.

Toda a fundamentação do recurso ordinário, nesse particular da tutela provisória, esteia-se na aventada ilegalidade do desentranhamento e na causação de prejuízo à parte, mas a perspectiva hipotética de provimento eventual ao recurso ordinário importará unicamente a determinação de processamento da ação mandamental.

Nesse sentido, é válido referir, como dito antes, que a tramitação da ação foi abreviada em seu começo, daí por que ausente a manifestação da autoridade impetrada, do Estado de São Paulo e do Ministério Público estadual.

O pleito, contudo, pede a tutela provisória de forma a suplantar essa ausência de contraditório e a desconsiderar que a circunscrição da demanda recursal reflete, como dito, apenas o cabimento da ação mandamental, o que a mim parece uma inadvertida tentativa de supressão de instância na medida em que tampouco examinada a questão meritória na instância de origem.

Assim, **indefiro o pedido de tutela provisória.**

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

Intimem-se.

Ao Ministério Público Federal para manifestar-se sobre o recurso ordinário.

Brasília (DF), 20 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**

Relator

